

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ROSANE DA CRUZ LUCAS

**O DESAFIO DAS AULAS REMOTAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**TABATINGA - AM
2022**

ROSANE DA CRUZ LUCAS

**O DESAFIO DAS AULAS REMOTAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Monografia de conclusão de curso apresentada
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade do Estado do Amazonas, como
requisito parcial à conclusão do curso.

ORIENTADORA: DARCIMAR SOUZA RODRIGUES

**TABATINGA - AM
2022**

ROSANE DA CRUZ LUCAS

**O DESAFIO DAS AULAS REMOTAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Monografia de conclusão de curso apresentada
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade do Estado do Amazonas, como
requisito parcial à conclusão do curso.

Aprovada em ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Prof.^a Ma. Darcimar Souza Rodrigues
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - UEA

Examinadora 1- Prof^a Esp. Ana Paula Bonifácio Barroso Tenazor
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

Examinadora 2- Prof^a. Esp. Beatriz de Souza Inuma
Rede Municipal de Ensino - SEMED

TABATINGA - AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

L933od da Cruz Lucas, Rosane da Cruz Lucas
O Desafio das Aulas Remotas : Na Educação Especial e
Inclusiva em Tempos de Pandemia / Rosane da Cruz
Lucas da Cruz Lucas. Manaus : [s.n], 2022.
43 f.: il.; 30 cm.

TCC - Licenciatura em Pedagogia - Universidade do
Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

Inclui bibliografia

Orientador: Prof. Ma. Darcimar Souza Rodrigues

1. educação inclusiva. 2. aulas remotas. 3. pandemia
da COVID-19. I. Prof. Ma. Darcimar Souza Rodrigues
(Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. O
Desafio das Aulas Remotas

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus que iluminou o meu caminho durante toda minha vida.

Dedico também a minha família pelo incentivo e apoio em todos os momentos bons e difíceis que eu passei durante essa árdua jornada de estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me ajudou em todos os momentos, dando-me condições para fazer desse sonho uma realidade.

A minha família, em especial a minha mãe: Raimunda da Cruz Lucas, que batalhou para manter eu e meus outros três irmãos em condições de vida estáveis. Sempre nos educando com amor e dedicação estimulando nosso crescimento pessoal e profissional através dos estudos. Ao meu esposo: Luiz Fernando Falcão da Cruz e meus filhos Victor Lucas Huaman, Luan Lucas da Cruz, Luyza Victória Lucas da Cruz, Luanny Victória Lucas da Cruz pelo amor, carinho e força oferecidos a mim, por estarem sempre ao meu lado, compartilhando alegrias e angústias durante todo este período educacional superior.

Ao corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, que com a transmissão de seus conhecimentos, fez-me reconhecer e ter a plena convicção que fiz a escolha correta.

À professora Darcimar Souza Rodrigues, pela orientação, paciência, atenção e dedicação dispensadas a mim, durante a produção deste trabalho.

E a todos aqueles, que com palavras, gestos e orações contribuíram significativamente para que se chegasse ao final deste processo.

Obrigada!

“A Sabedoria oferece proteção, como faz o dinheiro, mas a vantagem do conhecimento é esta: a sabedoria preserva a vida de quem a possui”.

Eclesiastes 7:12

RESUMO

A pandemia no ano de 2019-2020 ocasionada pela COVID-19 provocou muitas mudanças no contexto social, no qual foi orientado como medida de prevenção pela Organização Mundial de Saúde o “Isolamento e Distanciamento Social”. Dessa forma as escolas precisaram inovar para que a educação não fosse interrompida, adotando como método de ensino: aulas online e aulas remotas. Pensando na realidade dos estudantes público-alvo da Educação Especial, nesse novo cenário de ensino remoto, principalmente nos alunos (crianças, jovens e adultos) que possuem deficiência e estão inseridos na rede escolar de ensino na Educação Especial. O referente trabalho tem como objetivo, compreender como foram desenvolvidas as aulas remotas para o atendimento aos alunos com deficiência diante dessa pandemia para o processo de ensino e aprendizagem pretendida no Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI. Podendo conhecer os desafios das Aulas Remotas na Educação Especial e Inclusiva, identificar os recursos metodológicos utilizados pelos docentes na aplicação das aulas remotas para os alunos, analisar os recursos e meios utilizados pelo CIEEI em suas aulas remotas para o atendimento da aprendizagem dos alunos com deficiência e descrever os desafios encontrados no desenvolvimento das aulas remotas no CIEEI. Os resultados destacam que a falta de acesso tecnológico dificultou muito o alcance desses estudantes ao ensino remoto. Por outro lado, a pandemia possibilitou uma colaboração maior entre a família e a escola, fato esse enriquecedor para o público-alvo da educação especial, que contou com mais apoio da família no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: educação inclusiva; aulas remotas; pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

The pandemic in the year 2019-2020 caused by COVID-19 caused many changes in the social context, in which the “Isolation and Social Distancing” was guided as a preventive measure by the World Health Organization. In this way, schools needed to innovate so that education was not interrupted, adopting as a teaching method: online classes and remote classes. Thinking about the reality of the students who are the target audience of Special Education, in this new scenario of remote teaching, especially in students (children, young people and adults) who have disabilities and are inserted in the school network of education in Special Education. The referring work aims to understand how remote classes were developed to serve students with disabilities in the face of this pandemic for the teaching and learning process intended at the Integrated Center for Special Education Professor Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI. Being able to know the challenges of Remote Classes in Special and Inclusive Education, identify the methodological resources used by teachers in the application of remote classes to students, analyze the resources and means used by CIEEI in its remote classes to attend the learning of students with disabilities and describe the challenges encountered in the development of remote classes at CIEEI. The results highlight that the lack of technological access made it very difficult for these students to reach remote teaching. On the other hand, the pandemic allowed for greater collaboration between the family and the school, a fact that enriched the target audience of special education, which had more support from the family in the teaching-learning process.

Keywords: inclusive education; remote classes; COVID-19 pandemic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL.....	13
1.2 BREVE PANORAMA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	15
1.3 TECNOLOGIA E INCLUSÃO – O USO DA TECNOLOGIA PARA A INCLUSÃO.....	18
1.4 AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	22
CAPÍTULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	26
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	28
2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	29
CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Com a pandemia da COVID-19 a Educação se deparou com um período desafiador, onde foram determinadas inúmeras medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde, uma delas foi o fechamento das escolas de várias regiões do país, incluindo as Escolas que trabalham com alunos com deficiências. Dessa forma os estudantes foram afastados das aulas presenciais. Em contrapartida, pensando em reparar os danos a serem causadas na educação, as aulas remotas foram adotadas por inúmeras escolas como método de ensino durante este período de confinamento.

No entanto, sabe-se quanto desafiador é este método de ensino de Educação a Distância que é definida como:

“uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais).” (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p.6).

Dessa forma as escolas buscaram se adequar da melhor forma possível a este ensino a distância. Porém é notável quão grande é desafiador em integrar este nas escolas, onde todas as aulas eram presenciais, principalmente na Educação Especial e Inclusiva, em que se faz necessário o contato direto de professor-aluno, assim como com os demais funcionários da escola, inserindo a utilização de recursos didáticos para estimular o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência como: métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades.

[...] os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles alunos que por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização exigem uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (COLL, PALÁCIOS & MARCHESI, 1995, p. 11).

A aplicação dessas aulas remotas na Educação Especial e Inclusiva, e a utilização de tais recursos essenciais para o ensino – aprendizagem dos alunos com necessidades especiais exigiu dos docentes um trabalho mais apurado. Pois foi possível perceber que esse novo contexto da educação não presencial, mediada ou não por tecnologia, foi desafiador para todos os participantes do processo de ensino.

Cabe ressaltar, que “as experiências de aprendizagem online bem planejadas são significativamente diferentes do ensino remoto que tem sido adotado pelas instituições educacionais em resposta à crise gerada pela COVID-19” (VIEIRA; SECO, 2020, p. 1015). A educação remota emergencial assemelha-se à EaD somente no que tange à prática de uma educação mediada pela tecnologia digital, seguindo os mesmos princípios da educação presencial, com o modelo expositivo tradicional no qual o aluno é mero repositório de informações (JOYE et al., 2020). No Brasil, o decreto nº 9.057/2017 no artigo 1 caracteriza a educação a distância, como:

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Diferencialmente da EaD, a educação remota emergencial envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial (Hodges *et al.*, 2020), e caracteriza-se pela disponibilização de videoaulas gravadas, aulas online e compartilhamento de materiais digitais em plataformas *online* (Arruda, 2020).

Trazendo esta aplicação de Educação a Distância na Educação Especial e Inclusiva para o Município de Tabatinga-AM, surgiu à curiosidade em saber: Quais foram os desafios em utilizar as aulas remotas no Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI durante a pandemia causada pela COVID-19? E conseqüentemente os recursos utilizados para a aplicação de tais aulas? Pois o mesmo atende todas as faixas etárias de alunos com necessidades especiais, matriculados na rede regular de ensino no município de Tabatinga-AM trabalhando com a delimitação diferenciada de cada um, com utilização de diversos recursos metodológicos.

Mediante as tais indagações norteou o desenvolvimento de uma pesquisa de trabalho de campo utilizando a abordagem qualitativa de estudo de caso, que conseqüentemente exigiu um amplo estudo do objeto desta pesquisa.

Para tanto este trabalho tem por objetivo investigar os desafios encontrados pelo CIEEI em utilizar as aulas remotas como uma nova ferramenta de ensino para com seus alunos, conhecendo os novos recursos, metodologias e estratégias que foram utilizados pelos Educadores, nessa nova etapa em que a Educação se deparou devido à pandemia causada pela COVID-19. Além de descrever os desafios encontrados no desenvolvimento de tais aulas

remotas no CIEEI durante o período de três meses, respectivamente nos meses: Julho, Agosto e Setembro de 2020.

O referente trabalho de pesquisa estar estruturado em três capítulos: Capítulo I - Fundamentação teórica, em que traz quatro tópicos relevantes sobre a história da educação à distância no Brasil, breve panorama da trajetória da educação especial no Brasil, tecnologia e inclusão – o uso da tecnologia para a inclusão, aulas remotas em tempo de pandemia na educação especial e inclusiva. Capítulo II - Procedimentos metodológicos, dividido em: tipo de pesquisa, caracterização do campo de investigação e técnicas e instrumentos de coletas de dados. E por fim o Capítulo III - Resultados e discussão desta pesquisa apresentando de maneira descritiva os resultados obtidos após a coleta de dados de acordo com o objeto de estudo deste trabalho científico.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação a Distância (EAD) é conhecida desde o século XIX, em que apresenta seus primeiros registros em meados da década de 1850, onde os agricultores e pecuaristas europeus aprendiam, por correspondência, como plantar ou qual a melhor forma de cuidar do rebanho, mas somente nas últimas décadas assumiu status que a colocou no ponto mais elevado das atenções pedagógicas de um número cada vez maior de países.

No Brasil, a EAD aparece por volta de 1904, em que as escolas internacionais, que eram instituições privadas, ofereciam cursos pagos por correspondência, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores e tornar acessível o acesso ao ensino nos lugares mais escondidos do Brasil, o MEC, interessou-se pela criação de uma política de EAD, pois considerava-se grande o potencial do Ensino a Distância relativa ao parque editorial, às redes e emissoras de rádio e TV, e aos sistemas de comunicação postal, telefônica, via satélite e digital.

Entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos à distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite, complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de Educação a Distância no país. Mas foi somente na década de 1990, que a maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras mobilizou-se para a Educação a Distância com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação aprimorando e facilitando esta modalidade de ensino no País.

Desde o início da aplicação da EAD no Brasil, houve preocupação em se levar mensagens pedagógicas aos contingentes desfavorecidos da sociedade brasileira, entendendo-se que a EAD poderia oferecer as condições necessárias para disseminar o ensino num país de dimensões continentais, com notórias desigualdades sociais e carentes da ampliação das ofertas educacionais. Para isso, entretanto, não bastavam preceitos constitucionais, sendo necessário comprometimento social com a democratização do ensino e a tomada de decisões políticas. (CORREIA, 2007).

Em 1996 é criada no Brasil a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, é neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora

somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n° 5.622 (BRASIL, 2005).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394, de 20/12/1996, no seu art. 80, atribui ao poder público o papel de “incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada”. Dessa forma, a Educação à Distância ganha maior visibilidade no ensino brasileiro.

O Decreto-Lei n.º 2.494, de 10/02/1998, conceitua a EAD como:

Art.º 1 Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Em seu livro, *Metodologia do Ensino à Distância*, COSTA (2016; p.23) afirma que a:

EAD é uma modalidade de ensino cujo objetivo é fornecer uma educação aberta e permanente através da superação das distâncias entre docentes e alunos via situações não convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham utilizando-se de novas tecnologias que integrem, interajam e promovam a interatividade entre alunos e entre estes e os professores. O diálogo e a reflexão são, portanto, de suma importância para que a EAD se consubstancie como modalidade de ensino-aprendizagem eficaz.

O desenvolvimento desta modalidade de ensino implementou no Brasil os projetos educacionais mais diversos e para as mais complexas situações, tais como: cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional (LITWIN, 2001).

Segundo Gutierrez e Prieto (1994, apud CORREIA, J. 2007) são inúmeras as vantagens da EAD como modalidade de ensino que veio para superar as distâncias e as limitações de recursos, sendo que por causa disso seu principal diferencial com relação ao ensino presencial é a própria democratização da educação. Para os autores, as vantagens mais visíveis da EAD são:

- 1-massividade espacial;
- 2-menor custo por estudante;
- 3-diversificação da população escolar;
- 4-individualização da aprendizagem;

5-quantidade (sem perda de qualidade);

6-autodisciplina de estudo.

Nunes (1994) afirma que, a EAD constitui um recurso de grande importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Novas abordagens vêm surgindo em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação à distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a colaboração e a interação entre pessoas distantes geograficamente.

Schmitt et al., 2008, realizou um estudo onde mostrou que no cenário brasileiro, quanto mais transparentes forem as informações sobre a organização e o funcionamento de cursos e programas a distância, e quanto mais conscientes estiveram os estudantes de seus direitos, deveres e atitudes de estudo, maior a credibilidade das instituições e mais bem-sucedidas serão as experiências na modalidade a distância.

O governo federal criou leis e estabeleceu normas para a Educação a Distância no Brasil (UNIFESP, 2009) e até os cursos superiores da Educação a Distância apresentam diplomas com equivalência aos dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior que utilizam a modalidade presencial. Isso mostra que a modalidade de Educação a Distância está rompendo barreiras, criando um espaço próprio e complementando a modalidade presencial.

Os diversos acontecimentos históricos e as variadas instituições, mencionadas mostram que a Educação a Distância oferece oportunidades que pelo modelo presencial seria difícil ou impossível de atingir, pois possui uma ampla abrangência e grandiosa magnitude não somente no nosso país, mas em todo o mundo.

1.2 BREVE PANORAMA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial passou por uma trajetória histórica e marcante de muitas lutas e avanços nas políticas públicas para que atualmente sem exceção todos pudessem ter acesso à educação. Houve grandes evoluções educacionais, como a lei que assegura o acesso à educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.021/61, Resolução Nº. 4/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação

Especial, entre outras leis criadas que dão apoio desde a estrutura das instituições serem adequadas para receber tais alunos, com assecuridade ao ensino dentro da sala de aula. Foi a partir do processo de democratização da educação a inclusão que a Educação Especial passa a ser uma preocupação, mas ainda se excluía indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (BRASIL, 2008).

A Educação Especial surgiu, com objetivo de escolarizar crianças consideradas anormais, que eram impedidas de se inserirem no meio educacional tradicional, que atualmente é nomeado de Ensino Regular. Essa exclusão era algo tão forte que as próprias famílias das pessoas com necessidades especiais, muitas vezes, acreditavam que eles não eram merecedores ou não tinham aptidão necessária para frequentar os mesmo espaços escolares das pessoas sem deficiência. Como aponta Bueno (1994, p. 24):

O processo completo de alargamento da educação especial quer em relação ao número quantitativo de crianças por ela mediadas, quer nas quantidades diversas de maneiras de atendimento e do tipo de alunos [...], cogita o alargamento das oportunidades educacionais para crianças que, por atributos favoráveis próprios, apresentam um déficit maior para inserirem – se em processos educacionais historicamente construídos.

Os avanços à efetivação do direito de todos à educação, foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 em que foi fundamentado no paradigma da inclusão e nos direitos humanos, garantindo a igualdade de acesso e permanência no âmbito escolar, através de matrículas de alunos da educação especial nas classes comuns de ensino regular, tendo disponibilidade de atendimento educacional especializado para os mesmos.

A Educação Especial tradicionalmente esteve organizada como atendimento educacional especializado que substituía o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. É uma organização que está assentada no conceito de normalidade/ anormalidade, porque se a pessoa fosse considerada normal estaria na escola regular, se ela fosse anormal deveria frequentar centros específicos voltados para pessoas com essas características (BRASIL, 2008).

A expansão do movimento de inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular demonstra o fortalecimento da determinação da LDB sobre o dever do Estado com educação escolar pública, mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, art. 4º, II). Assim, a educação especial é entendida como

a modalidade de educação escolar voltada a educandos portadores de necessidades especiais, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, art. 58).

O Estado brasileiro assumiu como compromisso garantir um sistema educacional especializado inclusivo em todos os níveis, onde todas as pessoas com deficiência não fossem mais excluídas do sistema educacional de ensino e sim tivessem o pleno acesso a educação em ambientes que elevassem seu desenvolvimento acadêmico e social, adquirindo o direito que sua integridade física e mental seja respeitada em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo assegurada em estar inserida dentro de um ambiente escolar, criando várias instituições de atendimentos especializados.

Ferreira (1993, p.32) apresenta a criação das “Primeiras Sociedades Pestalozzi”, organizações que estavam alinhadas com as ideias pedagógicas de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Outra instituição de bastante proeminência é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que começou com cerca de 20 alunos e nos seguintes anos viu seu público aumentado, chegando ao novo século com mais ou menos 160 mil atendimentos de pessoas com necessidades educativas especiais”.

Antes das reformas e resoluções para melhoria na Educação Inclusiva, era comum que os alunos com deficiência fossem colocados de lado, de certa forma, excluídos. Pois, somente as deficiências consideradas severas iam para as salas de recursos ou classes especiais, não havendo nenhuma inclusão dos alunos especiais no âmbito escolar e sim exclusão. Apesar das lutas da Inclusão e política de estabelecer grandes avanços, leis e reformas para melhoria da Educação Especial Inclusiva a educação necessita ultrapassar grandes obstáculos para alfabetizar.

Mesmo com os avanços que ocorreram atualmente nas políticas públicas referentes à educação, em que garante que todas as crianças tenham acesso à educação. Ainda existem contrastes negativos visíveis sobre a mesma, na qual se observa uma quantidade significativa de alunos que não sabem ler ou escrever, em que na sala de aula há diversidades de aprendizagens, cabendo ao docente observar o desenvolvimento de aprendizado de cada aluno.

A Declaração de Salamanca (1994) foi o documento que fortaleceu a inserção das pessoas com necessidades especiais, porque se assenta em bases democráticas, afirmando que o movimento pedagógico deverá ser pluralista, com o acesso e a manutenção do aluno nos diversos níveis de ensino, respeitando sua identidade social, onde a escola deve promover ajustamentos necessários que atendam as especificidades de aprendizagem de cada aluno. Esse documento tem o intuito de fortalecer: “Os programas de estudos que

devem ser adaptados às necessidades da criança. As instituições deverão proporcionar alternativas curriculares que se acomodem as crianças com capacidades e objetivos distintos.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.33)

A realidade de muitos alunos com certas dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, que ainda são praticamente excluídos no âmbito educacional, tanto na interação social, quanto ao processo de ensino-aprendizagem, pois, existem infelizmente professores que de certa forma os abandonam na sala de aula, limitando ainda mais a evolução no aprender, de estar recebendo uma educação de ensino regular que tem por direito.

O ambiente escolar deve ser acolhedor para todos os discentes com necessidades especiais, proporcionando os recursos fundamentais que favoreçam a aprendizagem dos mesmos, e o professor com capacitações qualitativas, como facilitador/mediador, despertando uma visão melhor de mundo, onde a inclusão em todas as suas formas se torne real, que esse processo de aprendizagem não é exclusivo do aluno, mas é uma reciprocidade.

É fundamental que haja mudanças nas escolas, em relação ao sistema educacional com crianças com deficiências e que possuem certas dificuldades de aprendizagem, pois a inclusão não deve apenas ser posta no papel, ela tem um valor constitucional e deve concretizar a aceitação da diferença entre as pessoas, bem como estar direcionada à valorização das diferenças culturais e sociais, valorizando-as, oferecendo as condições que precisam para se desenvolverem positivamente na aprendizagem, buscando sempre meios para tornar a inclusão uma realidade.

1.3 TECNOLOGIA E INCLUSÃO – O USO DA TECNOLOGIA PARA A INCLUSÃO

Atualmente podemos contar com um eficaz desenvolvimento de recursos tecnológicos, em especial aqueles propiciados pela microinformática, os quais representam um maravilhoso cenário de recursos podendo ser utilizados para a escolarização de alunos com as mais variadas necessidades educacionais especiais. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam-se como promissoras para a implementação e consolidação de um sistema educacional inclusivo, pelas suas inúmeras possibilidades de construção de recursos que facilitam o acesso a conteúdos curriculares, as informações e conhecimentos em geral, por parte de toda a variedade de pessoas dentre elas as que apresentam necessidades especiais.

A legislação brasileira possibilita o acesso de pessoas com deficiência em muitos segmentos da sociedade. Porém, ser de direito, ainda não assegura o de fato.

No ano de 2008 o Ministério da Educação publicou um documento chamado “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008a). Este documento passou a orientar a organização e o funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais brasileiros tendo como base a Educação para a diversidade e entender que:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008a).

Sob esta perspectiva, Giroto et al. (2012, p.11) afirma que:

De acordo com essa nova política, a Educação Especial deve ser ofertada em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que disponibiliza recursos, serviços e estratégias pedagógicas diferenciadas para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação, bem como garante as condições de acesso, permanência e, principalmente, de aprendizagem desses alunos nas salas regulares de ensino, junto com os colegas da mesma faixa etária. (GIROTO, et al. 2012)

Dessa maneira, a escolarização de alunos com deficiência, TGD ou altas habilidades/superdotação passou a ser responsabilidade do docente da classe regular, no que se refere à apropriação do currículo, e do docente especializado que atua no AEE, no que diz respeito em garantir condições que atendam as necessidades educacionais desses alunos e possibilitando a superação de barreiras para efetivar semelhante apropriação.

Conforme previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), o AEE “[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.”

Desse modo, torna-se explícita a responsabilidade do professor especializado que atua no AEE em oferecer aos alunos acompanhados neste serviço aquilo que é específico às suas necessidades educacionais, auxiliando-os na superação das limitações que dificultam ou os impedem de interagir com o meio, relacionar-se com o grupo classe, participar das atividades, ou melhor, de acessar os espaços, os conteúdos, os conhecimentos que são imprescindíveis ao processo de escolarização. (GIROTO, et al. 2012)

Giroto et al. (2012p.) enfatiza ainda que:

Apesar de as atividades desenvolvidas no AEE diferenciarem-se daquelas realizadas na sala de aula comum, devem constituir o alicerce sobre o qual a aprendizagem do aluno se apoia, ou seja, os programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e sistemas específicos de comunicação e

sinalização, bem como todos os recursos utilizados devem estar atrelados à proposta pedagógica do ensino comum.

Dentre muitas mudanças importantes que tanto a escola, como o professor precisam incorporar, destaca-se a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, que constituem um diversificado conjunto de recursos tecnológicos, tais como: computadores; internet e ferramentas que compõem o ambiente virtual como chats e correio eletrônico; fotografia e vídeo digital; TV e rádio digital; telefonia móvel; Wi-Fi; Voip; websites e home pages, ambiente virtual de aprendizagem para o ensino a distância, entre outros (TEIXEIRA, 2010).

Esses recursos podem ser utilizados no contexto educacional de forma que venha favorecer a aprendizagem dos discentes de maneira geral e, em especial, dos alunos com deficiências, TGD ou altas habilidades/ superdotação, uma vez que compreendem parte dos recursos contemplados pelas salas de recursos multifuncionais, sob a denominação de tecnologia assistiva.

Segundo Schirmer et al. (2007, p. 31):

Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiências e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.

A tecnologia assistiva pode ser caracterizada, ainda, como uma área que tem, estimulado novas pesquisas e o desenvolvimento de equipamentos que favorecem o aumento, manutenção e a melhora das habilidades funcionais da pessoa com deficiência, em diferentes fases da sua vida, possibilitando condições efetivas de melhoria da qualidade de vida, ao favorecer uma maior autonomia e permitir que se torne mais produtiva, em síntese, mais realizada (LAUAND; MENDES, 2008).

Dentre os recursos de tecnologia assistiva disponibilizados pelo Ministério da Educação nas salas de recursos multifuncionais figuram materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, entre outros que promovem o acesso ao currículo (GIROTO, et al. 2012, p.16).

Os recursos das TIC devem ser utilizados a favor da educação de todos os alunos, mas em especial daqueles que apresentam peculiaridades que dificultam a aprendizagem por meios de métodos convencionais.

De acordo com González (2002), a introdução das TIC nas escolas, em diferentes áreas do currículo, deve promover um nível satisfatório de autonomia preparando os alunos para se integrarem em seu meio sociocultural e, também, no mundo do trabalho. Além disso, o autor afirma que, as respostas das tecnologias para a diversidade deverão ser contempladas como uma via de acesso à participação dos sujeitos na construção de seu conhecimento e cultura para poderem escolher uma vida independente e autônoma. (GONZÁLEZ, 2002, p. 184).

Para Lauand e Mendes (2008) a educação de alunos com necessidades educacionais especiais exige o uso de serviços especializados durante boa parte ou durante toda a sua educação. Neste sentido, a tecnologia assistiva tem assumido fundamental importância para possibilitar o acesso ao currículo e garantir a aprendizagem desses alunos. Sob essa perspectiva, os pesquisadores afirmam que:

[...] muitas vezes os serviços de Educação Especial desconhecem ou subutilizam os recursos e equipamentos de tecnologia assistiva, o que pode ter um impacto significativo na possibilidade de inclusão, seja escolar ou social, desses alunos (LAUAND; MENDES, 2008, p.131).

Ressalta-se, ainda, que as TIC, por si só, não garantem a escolarização do aluno. Trata-se de um conjunto de ferramentas colocados à disposição do ensino que podem contribuir efetivamente na mediação significativa entre o aluno e o conhecimento. (GIROTO, et al. 2012, p.20)

Nessa linha de pensamento, Carvalho (2001, p. 67) argumenta que:

[...] a informática e as demais tecnologias de informação e comunicação não representam um fim em si mesmas. São procedimentos que poderão melhorar as respostas educativas da escola e contribuir, no âmbito da educação especial, para que alunos cegos, surdos, com retardo mental, com paralisia cerebral, paraplégicos, autistas, multideficientes, superdotados, dentre outros, possam atingir maior qualidade nos seus processos de aprendizagem e de exercício da cidadania.

Conforme declaram Alba e Sánchez Hípola (1996), a aplicação do uso das TIC no processo educacional de alunos com deficiência pode ser analisada nos seguintes modelos:

- Utilização das TIC para favorecer a realização de atividades escolares cotidianas;
- Uso do computador como recurso didático;
- Aplicação da informática no momento do desenvolvimento de conteúdos curriculares;

- Recurso terapêutico no tratamento das alterações ou deficiências existentes.

O conhecimento sobre as TIC está previsto na Resolução CNE/CP nº 1, de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006). Em seu Art.5º consta que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didáticos-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas. (BRASIL, 2006).

As aplicações das TIC para a realização de atividades traz uma série de vantagens, tais como: a individualização do ensino respeitando o ritmo e o tempo de realização de atividade de cada aluno; a flexibilidade que viabiliza o uso de canais sensoriais distintos; a avaliação contínua e dinâmica; a auto-avaliação; a manutenção da mesma atividade/exercício de acordo com as necessidades educacionais do aluno; o ajuste do nível de complexidade da atividade; o desenvolvimento de hábitos e de disciplina para sua utilização; a motivação, pois podem ser inseridos temas, cores, figuras, formas que atendem aos interesses dos alunos estimulando-os, de diferentes maneiras, a realizar as atividades propostas, entre outras. (GIROTO, et al. 2012, p.21)

Sendo assim, uso das tecnologias da informação e comunicação podem em nossa serem aspectos potencializadores para a prática pedagógica inclusiva, podendo ampliar as potencialidades de aprendizagem dos estudantes, independente das dificuldades ou os dos níveis de dificuldades que apresentem.

1.4 AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

O ano de 2020 foi marcado na vida dos brasileiros e do restante do mundo pelo surgimento de um vírus respiratório chamado SARS-CoV-2, sigla oriunda do termo "severeacute respiratory syndrome coronavirus 2" que é uma síndrome respiratória aguda grave de corona vírus 2, onde é responsável em provocar um quadro inflamatório conhecido como doença do corona vírus 2019 (COVID-19).

Com o surgimento do novo “corona vírus” e conseqüentemente a sua transmissão, que ocasionou muitas mortes por todo o mundo. A pandemia do COVID-19 impôs a

necessidade de quarentena e isolamento social, no que ocasionando o fechamento das escolas e a paralização das aulas presenciais em alguns países, assim como no Brasil.

Para Werneck e Carvalho (2020), a pandemia da COVID-19 foi e é um dos maiores desafios sanitários já enfrentados. A transmissão da doença entre humanos, sua capacidade de mutação e transmissão pelas vias respiratórias, permite que ela se propague de maneira mais fácil.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020. O vírus se disseminou rapidamente e inúmeras restrições foram criadas para tentar conter o avanço. Os governos federais e estaduais determinaram o fechamento das escolas como uma ação de prevenção contra a propagação do vírus, uma medida radical e necessária (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

O isolamento social era a maior defesa contra o vírus, trazendo assim impactos econômicos severos. Inúmeros setores foram obrigados a parar. E com a educação não foi diferente. Embora crianças e jovens fizessem parte de um grupo de faixa etária menos propícia à doença, estavam em contato direto e diário com grupos de risco, idosos e portadores de doenças respiratórias (ARRUDA, 2020).

Com o fechamento das escolas, a grande preocupação dos gestores educacionais, docentes e alunos foi como dar continuidade aos estudos. Conforme Vieira e Seco (2020, p.1027) “A pandemia por COVID-19 obrigou as instituições educacionais e os professores, em nível mundial, a alterar drasticamente as suas práticas educativas”.

Mediante a determinação do isolamento social surgiu um grande desafio em garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos. Mediante as tais preocupações muitas instituições de ensino adotaram as Aulas à Distância como ferramenta essencial para a continuação do processo de aprendizagem dos estudantes.

No Brasil, o decreto nº 9.057/2017 no artigo 1 caracteriza a educação a distância, como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017p.).

A modalidade de Educação a Distância (EAD) no Brasil já era uma realidade entre as instituições de graduação e pós-graduação. No entanto, mediante ao contexto pandêmico, se tornou uma opção desafiadora para os níveis de educação infantil, ensino fundamental,

médio. Segundo Arruda (2020), a COVID-19 se espalhou em alta velocidade pelo mundo, imediatamente levando 90% da população estudantil a se isolar. Não havendo outra solução devido à emergência do isolamento social, o Brasil adotou a Educação Remota Emergencial.

Mas sabe-se que em relação à Educação Especial e Inclusiva, o uso da EAD se tornou ainda mais desafiador.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem como característica ser transversal a todas as outras modalidades, etapas e níveis de ensino. Isso significa que aos estudantes dessa modalidade - das crianças, adolescentes e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação - devem ser garantidos e disponibilizados apoios e serviços educacionais que eliminem as barreiras e garantam acesso, permanência e sucesso escolar desde a educação infantil até o ensino superior. A Educação Especial é organizada de forma complementar ao currículo e às atividades pedagógicas realizadas. Enquanto serviço da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) não pode substituir o ensino comum, para todas e todos. A modalidade da Educação Especial tem como princípio atuar na perspectiva da inclusão. (GUIA COVID-19, 2020 p.11)

Os desafios referentes à inclusão escolar são inúmeros no Brasil. Entre esses, pode-se citar a preparação do corpo docente, as condições para que haja êxito na execução de um projeto pedagógico inclusivo, a estrutura física das escolas, os cursos de formação para os profissionais da educação especial, os recursos materiais, instrumentais, entre outros (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

A inclusão de pessoas com deficiência na resposta e recuperação da COVID19 é uma parte vital da consecução do compromisso de não deixar ninguém para trás, e um teste crítico dos compromissos globais da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), a Agenda para a Humanidade e Estratégia das Nações Unidas para a Inclusão da Deficiência. Também é essencial para o compromisso da ONU de obter mudanças transformadoras e duradouras na inclusão de pessoas com deficiência (GUIA COVID-19, 2020).

A Educação Inclusiva relaciona-se ao acesso e permanência de todos os estudantes na escola. O estudante da educação especial precisa do professor de apoio, que em conjunto ao professor da turma regular, proporcionará atividades de acordo com cada individualidade, atuando assim também no ensino remoto. Esforços foram realizados para que barreiras fossem identificadas e ultrapassadas no processo de ensino e aprendizagem, buscando adaptações e apoio de forma individual em tempos de pandemia, levando em consideração aspectos intelectuais, acadêmicos e também habilidades sociais; tendo em vista suas especificidades (MARCOLLA et al., 2020).

Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021) abordam as dificuldades da educação especial como à falta de recursos materiais, instrumentais, humanos, assim como a devida formação docente dando base às mudanças que envolvem toda comunidade escolar. Como todo o corpo estudantil, foi preciso que a educação especial inclusiva se adaptasse buscando alcançar a escola e a família devido à interrupção das aulas presenciais.

O ensino remoto trouxe desafios tanto para os professores quanto para os estudantes, devido à falta de acesso e domínio da tecnologia para ambos (VIEIRA e SECO, 2020). O ensino por meio da tecnologia foi a saída encontrada pelas escolas para darem segmento ao processo educacional. Porém, embora sejam evidentes as dificuldades, o ensino remoto em tempos de pandemia foi uma grande assertiva feita pelas instituições de ensino.

Tal modalidade de ensino causou impactos emocionais e psicológicos ao estudante da educação especial, porém, contribuiu para que as famílias pudessem estar mais presentes no seu processo de ensino e aprendizagem. A escola passou a receber mais de apoio das famílias. Fato este que contribui significativamente com o desenvolvimento do estudante ao retorno do ensino presencial, onde escola e família tiveram a oportunidade de trabalhar em conjunto, sendo assim um ponto positivo para maior e melhor desenvolvimento do estudante. Portanto essa aproximação entre família e escola se tornou muito benéfica para o público-alvo da educação especial.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Fonseca (2002), *metodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Bruyne (1991) diz que a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados.

A metodologia deste estudo buscou embasamento nos conceitos teóricos mencionados anteriormente seguindo sistematicamente os melhores caminhos organizacionais do estudo para se chegar aos resultados traçados pelo objetivo inicial. Apresentando principalmente uma investigação de Estudo de caso, onde foram coletados dados reais sobre o tema exposto buscando aprofundar o conhecimento sobre o mesmo, podendo oferecer informações para novas investigações sobre o determinado assunto. Observando os fatos da maneira como ocorreram na sua realidade, onde esses fatos puderam ser analisados e interpretados com base na fundamentação teórica, com o intuito de explicar o problema que é o objeto desta pesquisa.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a abordagem qualitativa, a qual possibilitou de forma significativa o desenvolvimento e a construção deste, em que procurou seguir seus objetivos, os quais se centraram sobre “O desafio das aulas remotas na Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia”, refletindo sobre as importâncias atribuídas ao mesmo.

De acordo com José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. Contudo, vale ressaltar que não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.

Nesse contexto científico, a pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, transpondo o reducionismo do empirismo. A realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem a pretensão de desvendar integralmente o real e possui um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados (José Filho, 2006, p.65).

A presente pesquisa traz como objeto de estudo o Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva, Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI, no município de Tabatinga-AM, no qual estão integrados estudantes com necessidades especiais.

Primeiramente para início deste trabalho científico foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as aulas remotas na Educação Especial e Inclusiva, a fim de adquirir um conhecimento científico do tema exposto e obter uma maior fundamentação teórica para a construção do mesmo. No qual, elegeram-se fontes da literatura científica que trouxessem dados relacionados sobre o desafio das aulas remotas na educação especial e inclusiva em tempo de pandemia, a história da educação à distância, a trajetória da educação especial e inclusiva no Brasil e o uso da tecnologia na inclusão.

A Pesquisa bibliográfica, para Martins (2001, p.32), “procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em revistas, livros, periódicos e outros. Procura também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema”.

Fontes e Poletto (2017) relatam a importância da pesquisa científica, trazendo-a como uma forma de realização de um estudo planejado. Desta forma, apresentam a pesquisa qualitativa bibliográfica como sendo um levantamento de dados literários por meio de artigos científicos, livros e publicações em periódicos, fontes utilizadas para elaboração deste mesmo trabalho. O uso da pesquisa de abordagem qualitativa para o desenvolvimento desse trabalho permitiu investigar autores que contribuíram para a produção e apropriação do processo e dos resultados alcançados.

A pesquisa de abordagem qualitativa possibilita a leitura da realidade, pois, segundo Chizzotti (1995, p.79),

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Após o acesso às fontes fez-se a leitura de todo o material, compilando-se as informações principais, em categorias de análise. Por conseguinte realizou-se de forma descritiva uma análise dos referidos materiais, visando estabelecer uma compreensão e ampliação do conhecimento sobre o tema pesquisado.

Em seguida, após autorização da gestora do Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI, em permitir o livre acesso e permanência ao campo de estudo desta pesquisa. Foi possível, realizar as coletas de dados a respeito dos possíveis desafios que a instituição juntamente com o corpo docente enfrentaram em oferecer para os alunos as aulas remotas como nova modalidade de ensino durante o período da pandemia da COVID- 19.

A pesquisa de campo é caracterizada por investigações feitas através de documentos, bibliografia e coleta de dados de pessoas ou grupos, contando com recursos próprios de diferentes tipos de pesquisa.

Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Seguindo a linha de pensamento de Gonsalves em buscar resultados verídicos e satisfatórios diretamente com a população pesquisada, utilizaram-se como participantes para o estudo desta pesquisa, o corpo docente e discentes inseridos no CIEEI no turno vespertino durante o período de pandemia da COVID-19.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O cenário dessa investigação é o Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI, situado no Município de Tabatinga no Estado do Amazonas. Este se reporta exclusivamente ao trabalho desenvolvido durante a utilização das aulas remotas como modalidade de estudo durante pandemia da COVID-19, no ano de 2020. Dessa forma, revela-se o importante destaque neste estudo, buscando ressaltar alguns aspectos relevantes integrados diretamente ao objeto de estudo dessa investigação, não se pretendendo aprofundar nos dados histórico do mesmo.

O Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros, foi fundado com o objetivo de atender as necessidades dos educandos

com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e/ou Altas Habilidades de todo território geográfico do município de Tabatinga-AM, assumindo assim, o ineditismo da educação especial (Atendimento Educacional Especializado de forma exclusiva).

Atualmente CIEEI, levando em consideração o atendimento exclusivo de educandos com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD/TEA) e Altas Habilidades, trabalha dentro da Modalidade de Educação Especial, através de classes especiais. Oferece atendimentos aos seguintes tipos de deficiências: Paralisia Cerebral (PC), Síndrome de Down, Distúrbio Fonético, Retardo Mental Leve / Moderado e Grave (RML, RMM e RMG), Cegueira, Atraso / Déficit no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Déficit de Aprendizagem, Microcefalia, Surdez, Distúrbio do comportamento e TDAH.

O CIEEI oferta atendimento especializado para as salas de Atendimentos Pedagógicos (Atendimento Pedagógico, Artes Manuais, Atividades Rítmicas e Expressivas, Teatro, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Música, Estimulação Individualizada e Sistema Braille) e salas de Atendimentos Técnicos da Saúde (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Serviço Social), atendendo nos turnos matutino e vespertino.

2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Utilizou-se como técnica para coletas de dados a observação participante nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2020, onde a pesquisadora deste esteve presente no Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI, durante o período em que as aulas remotas foram utilizadas como modalidade de ensino durante a pandemia.

Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto. Para Morin (1997), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global. Assim, a pesquisa participante que valoriza a interação social deve ser compreendida como o exercício de conhecimento de uma parte com o todo e vice-versa que produz linguagem, cultura, regras e assim o efeito é ao mesmo tempo a causa.

Para a realização da observação participante, o pesquisador deve adquirir algumas habilidades e competências, tais como: ser capaz de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos; ter sensibilidade para pessoas; ser um bom ouvinte; ter familiaridade com as questões investigadas, com preparação teórica sobre o objeto de estudo ou situação que será observada; ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas; não ter pressa de

adquirir padrões ou atribuir significado aos fenômenos observados; elaborar um plano sistemático e padronizado para observação e registro dos dados.

Por meio de coletas de dados, informações e observações durante a pesquisa. Buscou-se identificar os recursos metodológicos utilizados pelos docentes no decorrer da aplicação das aulas remotas para os estudantes, analisando se tais recursos e meios utilizados pelo CIEEI em suas aulas remotas para o atendimento da aprendizagem dos alunos com deficiência obtiveram resultados satisfatórios.

Após as observações, coletas de dados, análises e recolhimento de todas as informações necessárias para a pesquisa. Foi possível descrever os desafios encontrados pelos profissionais e estudantes, no decorrer do desenvolvimento das aulas remotas no, CIEEI durante o isolamento social causado pela pandemia da COVID-19.

Os instrumentos utilizados no decorrer da referente pesquisa foram:

- Caderno para anotações;
- Canetas;
- Gravador de voz;
- Celular (utilizando a câmera, para registros de imagens e documentos durante a pesquisa);

Enfim, a metodologia foi avaliada ao longo da aplicação da mesma, ao se conseguir empregar todos os objetivos propostos, e alcançar a resposta do problema de estudo deste trabalho de pesquisa de forma satisfatória.

CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia causada pela COVID-19 provocou muitas mudanças no contexto social, inclusive a necessidade do isolamento e distanciamento social. Perante o cenário pandêmico, na área da educação foram necessárias adoções de medidas que proporcionassem estratégias de ensino durante o isolamento social e o fechamento das escolas. Para esse enfrentamento, adotou-se a utilização das ferramentas digitais para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Os governos estaduais adotaram a Educação Remota Emergencial. Essa modalidade de ensino se tornou ainda mais desafiadora ao acesso à educação para os estudantes da Educação Inclusiva.

Diante disso surgiu à indagação: de como seriam desenvolvidas as aulas remotas para o atendimento aos alunos com deficiência durante a pandemia da COVID-19? Principalmente para os alunos devidamente matriculados no Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI, situada no município de Tabatinga-Am. Mediante em buscar coletas de dados para tal indagação, foi realizado um estudo de campo utilizando a análise de observação participativa durante três meses (Julho, Agosto e Setembro) no ano de 2020.

Com a chegada da pandemia, acelerou um processo de maior interação da educação com as novas tecnologias digitais e essa aceleração ocorreu de forma repentina, de modo que a escola sofreu a imposição de uso sem que estudantes e professores estivessem preparados.

Para tanto, a partir da maior necessidade do uso de recursos tecnológicos digitais no contexto escolar, foi necessário ressignificar e compreender as práticas pedagógicas por meio do ensino remoto emergente, requerendo assim dos profissionais docentes, uma postura desafiadora, reflexiva, ousada e inovadora para novos modelos de aprendizagens (MOREIRA, 2012).

No período de isolamento social, no qual os alunos não puderam estar presentes na instituição, somente os funcionários de forma escalada evitando aglomeração e facilitando o distanciamento social. O CIEEI diante da preocupação com o estado emocional dos seus alunos, tendo em conta a observância da necessidade de agir diante das consequências socioafetivas e psicológicas que os mesmos enfrentaram durante todo o período de quarentena, de modo a ajudá-los a aumentar e resgatar a sua autoestima, como também levar até eles, um pouco de conhecimento no que diz respeito à preservação e cuidados diante da

COVID-19. Partindo desses pressupostos, foi desenvolvido um projeto como tema “Correio Itinerante – Você é especial, nós nos importamos com você”.

Partindo do entendimento de que a socialização é um dos pontos-chaves para o desenvolvimento dos estudantes da educação especial e para inclusão, essa foi a primeira a ser restrita com o isolamento social. Levando alguns estudantes a retrocederem para “seu mundo separado” e viver novamente isolado (CURY *et al.*, 2020).

Mediante a essas preocupações o projeto Correio Itinerante se tornou prioridade, buscando alcançar os seguintes objetivos:

Geral :

- ✓ Proporcionar aos seus integrados um momento único, de troca de emoções entre professores e alunos, a fim de que se sentissem amados e valorizados resgatando sua autoestima, percebendo-se como instrumento importante da comunidade educativa e do seu entorno, possibilitando por meios audiovisuais, o contato com o conhecimento sobre o tema no qual estava sendo vivenciado.

Específicos:

- ✓ Resgatar e / ou aumentar a autoestima dos alunos;
- ✓ Levar por meio do correio itinerante, um pouco de atenção e carinho à suas crianças, jovens e adultos com deficiência durante o período de quarentena;
- ✓ Integrar e promover aproximação entre escola, família, e aluno;
- ✓ Permitir que o aluno tivesse acesso ao conhecimento sobre os cuidados e prevenção do novo coronavírus, utilizando ferramentas audiovisuais;
- ✓ Proporcionar aos alunos o contato virtual com os professores e demais funcionários da instituição.

Em sua primeira fase o projeto foi apresentado através de um vídeo com a participação de alguns professores, sendo interpretado em LIBRAS, utilizando a música como recurso a música da turma da Mônica: Sem abraço, sem beijinho, sem aperto de mãos. Já na segunda fase, foi gravado um vídeo apresentando uma paródia da música: Sou eu assim sem você de Claudinho e Buchecha; onde participaram todos os funcionários e integrantes da instituição.

Os vídeos foram enviados pelo Whatsapp ao grupo de pais e mestres para que os mesmos mostrassem a seus filhos, porém para aqueles alunos que seus responsáveis não estavam no grupo e por tal motivo não tiveram acesso ao mesmo, receberão a visita de seus professores na terceira e última fase do projeto, onde os mesmos mostraram os vídeos às

crianças por meio do correio itinerante e entregaram lembrancinhas previamente elaboradas e organizadas para tal ocasião, demonstrando todo o carinho que sentiam pelos seus alunos.

Durante a visita dos professores por meio da aplicação do projeto, foram gravados e registrados, todos os momentos compartilhados com os alunos e suas famílias, no qual fossem utilizadas na culminância após a liberação do retorno das aulas de forma semipresencial.

O ensino remoto trouxe desafios tanto para os professores quanto para os estudantes, devido à falta de acesso e domínio da tecnologia para ambos (VIEIRA e SECO, 2020).

Vale ressaltar, que embora tenham sido evidentes as dificuldades, seja pela precariedade da internet no município de Tabatinga-Am, seja pelo deslocamento em lugares de difícil acesso para que todos os alunos estivessem envolvidos neste projeto. Os professores e demais funcionários do CIEEI não mediram esforços para que cada etapa do Projeto Correio Itinerante fosse finalizado de forma satisfatória com a contribuição e participação da família dos estudantes.

Destaca-se então o papel da família neste processo, especialmente com relação aos estudantes público-alvo da Educação Especial, no que tange ao auxílio e apoio para o desenvolvimento das atividades escolares durante o enfrentamento da pandemia.

Neste contexto, os ambientes familiares foram transformados em uma extensão do ambiente escolar, resultando em ambientes virtuais. Ou seja, houve uma imersão das tecnologias digitais para fins escolares em diferentes espaços, especialmente nas residências dos estudantes e professores, voltados para o ensino remoto.

O ensino remoto não deve se resumir a plataformas de aulas online, apenas com vídeos, apresentações e materiais de leitura. É possível (e fundamental!) diversificar as experiências de aprendizagem, que podem, inclusive, apoiar na criação de uma rotina positiva que oferece a crianças e jovens alguma estabilidade frente ao cenário de muitas mudanças. Envolvimento das famílias também é chave, já que poderão ser importantes aliados agora e no pós-crise. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p.8).

Seguindo essa linha de raciocínio, em não se prender apenas em aulas com usos de plataformas de aulas online. O CIEEI com o intuito de não perder totalmente o contato com seus alunos e familiares, além de continuar contribuindo de forma significativa para o processo de aprendizagem dos seus alunos. Desenvolveu um Projeto Interdisciplinar: “Datas Comemorativas, Inclusivas, Históricas e Festivas em tempo de Pandemia”, que tinha como

objetivo entregar a cada quinze dias atividades impressas para os alunos acompanhados por seus responsáveis.

Tais atividades foram entregues seguindo todas as normas de prevenção contra ao combate da COVID-19, pois essas entregas eram agendadas evitando assim aglomeração entre a comunidade escolar. Durante essas entregas e respeitando o distanciamento social os professores tinham contato com seus alunos e seus familiares, podendo haver interação e socialização entre ambos, mantendo o convívio social entre professor-aluno e escola-família.

Tornou-se evidente que a pandemia desencadeou situações desafiadoras para todos, principalmente na educação, porém, somente se poderá superar esse momento difícil se escola e família se mostrarem dispostas a caminharem conjuntamente, neste sentido a cooperação e compreensão entre docentes e pais são fundamentais para que todos os estudantes possam ter o direito da continuidade aos estudantes, mesmo diante os desafios a serem enfrentados.

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALOUSTIAN; 1998, p. 9).

A presente pesquisa possibilitou responder as indagações deste trabalho, mostrando que um dos grandes desafios das aulas remotas na educação especial e inclusiva refere-se principalmente ao acesso aos recursos tecnológicos, devido à precariedade do sinal de internet no município de Tabatinga-Am. Embora a tecnologia tenha amparado o contato entre os estudantes, professores e famílias, muitos estudantes da educação especial se tornaram inativos ao processo de ensino remoto por não possuírem tecnologias e programas que favorecessem sua inclusão. Desta forma, se fez necessário que o corpo docente do CIEEI fosse ao encontro dos estudantes para que os mesmos participassem das atividades de forma satisfatória.

Ressalta-se sobre a importância do engajamento das famílias frente às mudanças emergentes provocadas pela pandemia no âmbito escolar, no qual contribuíram para o desenvolvimento dos estudantes, por meio do ensino remoto, visando a construção de conhecimentos voltadas ao desenvolvimento de habilidades, potencialidades e competências em prol ao processo educativo

Estamos vivenciando, assim como afirma Borstel, Fiorentin e Mayer (2020) uma reinvenção da educação, em que escola e família necessitam estar afinadas e alinhadas no processo formativo, educação e emocional de todos os envolvidos. São novas realidades, que requerem novas posturas e atitudes. Em meio a tantos desafios, com certeza, já foi possível observar grandes avanços e lições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino remoto, adotado em meio a pandemia do coronavírus, trouxe diversas mudanças para o cenário educacional. Alguns assuntos foram colocados em pauta, como a utilização de tecnologias, as desigualdades de acesso às tecnologias digitais e a importância da participação da família no processo educacional.

Na Educação Especial a escola e a família desempenham papéis essenciais para promoverem e viabilizarem o ensino. Principalmente na pandemia, o mesmo deve ocorrer de forma interativa, dinâmica e colaborativa com atividades contextualizadas, com vistas ao seu processo de desenvolvimento cognitivo e adaptativo a partir de suas especificidades.

Nesta perspectiva, acredita-se no processo de ensino e aprendizagem no ensino, remotamente. Que contou com o uso das tecnologias digitais como potencializadoras e necessárias diante do cenário, contudo, dependeu muito de como o trabalho foi desenvolvido, trazendo desafios aos estudantes, de acordo com suas singularidades, o uso adequado das ferramentas tecnológicas impulsionou um novo olhar sobre ensinar e aprender, mesmo diante das dificuldades causadas pela pandemia na educação.

Para tanto, a importância das instituições de ensino manterem o vínculo com seus alunos e com suas famílias é essencial. Seja através de material impresso ou aulas por web conferência, o vínculo necessita ser mantido a fim de minimizar os efeitos que a pandemia deixou para a educação. A pandemia tornou transparente muitas desigualdades, mostrando que temos muito o que avançar e fazer na luta contra a evasão escolar e nos impactos no período pós-pandemia.

Espera-se, com esta pesquisa, destaque a relevância da temática, pois é evidente que a pandemia revelou diversos outros aspectos referentes à educação brasileira. Hoje, compreende-se a verdadeira necessidade e importância da entidade escolar, além de aspectos pedagógicos e importância assistencial.

Os estudantes da educação especial contaram ainda mais com o apoio da família durante o ensino remoto emergencial. Esse contexto fortaleceu o vínculo entre professor e família, sendo um ponto positivo em relação à Educação Inclusiva. Essa aproximação entre família e escola é muito benéfica para o público-alvo da educação especial.

De certa forma, as marcas da pandemia estarão para sempre interligadas a educação. A pandemia trouxe mudanças importantíssimas e significativas. O ensino remoto quanto o presencial não serão mais vistos separadamente. Assim, é relevante que o estudante de Educação Inclusiva e suas especificidades, sejam considerados. O intuito não é que haja

“uma escola” para cada estudante, mas um ensino de qualidade e igualdade para todos, onde as diferenças humanas de cada um sejam valorizadas e respeitadas.

Portanto a realização deste trabalho teve a finalidade de contribuir sobre os Desafios das aulas remotas na Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia, utilizando como campo de estudo o Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI, oferecendo para os futuros pesquisadores da área da educação suporte informativo necessário para o objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ALBA, C.; SÁNCHEZ HÍPOLA, P. **La utilización de los recursos tecnológicos en los contextos educativos como respuesta a la diversidad**. In: GALLEGU, D. J.; ALONSO, C. M.; CANTÓN, Y. (Coord.). Integración curricular de los recursos tecnológicos. Barcelona: Oikos-Tau, 1996. p. 351-374.

ALVES, Rêmulu Maia; ZAMBALDE, André Luiz; & FIGUEIREDO, Cristhiane Xavier.. **Ensino a Distancia**. UFLA/FAEPE. 2004.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. Em Rede, v.7, n.1, p. 257-275, mai. 2020.

Boletim da Federação Nacional das APAEs. **InformAPAE**. ANO VII. Fevereiro e Abril de 2001.

BORSTEL, Vilson Von; FIORENTIN, Mariane Jungbluth; MAYER, Leandro. **Educação em tempos de pandemia: Constatações da coordenadoria Regional de Educação em Itapiranga**. In: PALU, Janete; MAYER, Leandro; SCHUTZ, Jenerton Arlan (org.) Desafios da Educação em tempos de pandemia. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Acesso em: 11/04/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRUYNE, P. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUENO, J. G. S. “A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular”. **Temas sobre o Desenvolvimento**. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.

COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CORREIA, Juliane, 2007. **O Cenário Atual da EAD In: SENAC**. Curso de Especialização em Educação a Distância-vol.1 versão 4.0, 2007.

COSTA, Inês Teresa Lyra Gaspar da. **Metodologia do Ensino a Distância**. Salvador: UFBA, 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

Decreto nº 2.494 e Decreto nº 9.394, acessado em 12/04/2022 às 21:00 horas.

_____. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF, 2008b.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; SPINAZOLA, Cariza de Cássia; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas**. Educação em Revista, Marília, v. 22, n. 01, p. 151-166, 2021.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1993.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao (org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238.p.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIA COVID-19: **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**-vol.7, 2020.

HODGES, Charles B.; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barbara B.; TRUST, Torrey; BOND, Mark Aaron. (2020). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. **Educause Review**. Disponível em: <http://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning> [GS Search]. Acesso em 05/05/2022.

JOSÉ FILHO, Pe. M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Unesp – FHDSS, 2002, (Dissertações e Teses, n.5).

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. **Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19**. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, 2020.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: Unicef, 1998.

LAUAND, G. B. do A.; MENDES, E. G. **Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais**. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.). *Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES - PROESP, 2008. p. 125-133.

LITWIN, E. **Educação a Distância: Temas para o Debate de Uma Nova Agenda Educativa**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

MARCOLLA, Valdinei; KAIM, Luiza Inês; MORO, Tatiele Bolson; CORRÊA, Ygor. **Alunos com necessidades educacionais específicas em tempos de Covid-19: da interrupção das aulas presenciais à implementação de atividades de ensino remoto**. Revista Práxis, v. 12, n. 1, dez. 2020

MARTINS, G. A. & PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, José Antonio; MONTEIRO, Angélica M. **Ensinar e aprender online com tecnologias digitais: abordagens teóricas e metodológicas**. Porto: Porto Editora, 2012.

MORIN E. **Complexidade e ética da solidariedade**. In: Castro G, Carvalho EA, Almeida MC. Ensaio da complexidade. Porto Alegre (RS): Sulina;1997.

NUNES, I. B. **Noções de Educação a Distância**. Disponível em: . Acesso em: 04 de Abril de 2022.

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislação da Educação a Distância**. Acesso em: 05/04/ 2022.

SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília, DF: Cromos, 2007.

SCHMITT, V.; C. M. S. MACEDO; V. R. ULBRICHT. **A divulgação de cursos na modalidade a Distância: uma análise da literatura e do atual cenário brasileiro**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.

TEIXEIRA, E. C. A. **Educação e novas tecnologias: o papel do professor diante desse cenário de inovações**. Webartigos, [S.l.], 24 jul. 2010. Disponível em: Acesso em: 07 de maio 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, Sociedade Civil sem fins lucrativos. **Ensino à distancia na educação básica frente à pandemia da Covid 19**. Análise e visão do Todos Pela Educação

sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais. (2020).

VIEIRA, Márcia de Freitas; SECO, Carlos Manuel. **A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura.** Revista Brasileira de Informática na Educação - RBIE, 28, 1013- 1031, 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada.** Cad. Saúde Pública, v. 36, n. 5, 2020.